

POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E SUSTENTABILIDADE: ASPECTOS CONCEITUAIS E CRONOLÓGICOS DAS ATIVIDADES NO CEARÁ

PUBLIC POLICIES, TOURISM AND SUSTAINABILITY: CONCEPTUAL AND CHRONOLOGICAL ASPECTS OF TOURISM ACTIVITIES IN CEARÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO Y SOSTENIBILIDAD: ASPECTOS CONCEPTUALES Y CRONOLÓGICOS DE LAS ACTIVIDADES TURÍSTICAS EN CEARÁ

Indra Nogueira Nunes¹
Francisco do O' de Lima Júnior²

RESUMO: O turismo representa uma das atividades econômicas que mais cresce no Brasil e mundo. Para o fomento desta atividade cabe a inserção governamental e aplicabilidade de ações de políticas públicas, estabelecendo diretrizes norteadoras, planejamento estratégico e investimentos. Para isto a identificação das necessidades, tendo em vista a importância dos vieses de impacto da atividade, como: economia, sociedade e meio ambiente. O presente estudo objetiva analisar os aspectos conceituais e cronológicos das atividades turísticas no Ceará, com foco nas políticas públicas relacionadas à sustentabilidade. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental como recurso metodológico e seguir-se o perfil de pesquisa exploratória. Os resultados mostraram que a evolução das ações governamentais voltadas ao turismo e sua interação com os princípios de sustentabilidade, destacando-se tanto as conquistas quanto os desafios enfrentados ao longo do tempo. O turismo no Ceará tem sido marcado por uma trajetória de expansão notável, impulsionado pelas políticas públicas federal, estadual e, em alguns casos, municipais. O resultado é o aumento exponencial do fluxo turístico ao longo da costa litorânea do estado. No entanto, a interiorização das atividades turísticas emergiu como um movimento de contraponto, buscando descentralizar essa concentração e oferecer aos visitantes novas experiências em regiões como as serras e o sertão. A interação entre políticas públicas, turismo e sustentabilidade é uma jornada contínua, exigindo compromissos renovados e aprimoramentos constantes para garantir que o turismo contribua positivamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado, respeitando sua diversidade e singularidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Sustentabilidade. Ceará.

¹Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES/UERN). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

²Doutor em Desenvolvimento Econômico (IE-UNICAMP). Universidade Regional do Cariri (URCA).

ABSTRACT: Tourism represents one of the fastest-growing economic activities in Brazil and worldwide. The promotion of this activity requires governmental involvement and the implementation of public policies, establishing guiding principles, strategic planning, and investments. To achieve this, it is essential to identify existing needs, considering the importance of the impacts generated by tourism on the economy, society, and the environment. This study aims to analyze the conceptual and chronological aspects of tourism activities in the state of Ceará, Brazil, with a focus on public policies related to sustainability. A bibliographic and documentary research approach was adopted as the methodological resource, following an exploratory research design. The results revealed the evolution of governmental actions aimed at tourism and their interaction with sustainability principles, highlighting both achievements and challenges faced over time. Tourism in Ceará has been characterized by a remarkable trajectory of expansion, driven by federal, state, and, in some cases, municipal public policies. The outcome has been an exponential increase in tourist flows along the state's coastline. However, the expansion of tourism into inland areas has emerged as a counterbalancing movement, seeking to decentralize this concentration and provide visitors with new experiences in regions such as the mountains and the hinterland. The interaction between public policies, tourism, and sustainability is an ongoing process that requires renewed commitments and continuous improvements to ensure that tourism contributes positively to the state's economic, social, and environmental development while respecting its diversity and uniqueness.

Keywords: Public Policies. Sustainability. Ceará.

RESUMEN: El turismo representa una de las actividades económicas de mayor crecimiento en Brasil y en el mundo. El fomento de esta actividad requiere la intervención gubernamental y la implementación de políticas públicas que establezcan directrices orientadoras, planificación estratégica e inversiones. Para ello, es fundamental identificar las necesidades existentes, considerando la importancia de los impactos que la actividad turística genera en la economía, la sociedad y el medio ambiente. El presente estudio tiene como objetivo analizar los aspectos conceptuales y cronológicos de las actividades turísticas en el estado de Ceará, Brasil, con énfasis en las políticas públicas relacionadas con la sostenibilidad. Se recurrió a la investigación bibliográfica y documental como recurso metodológico, siguiendo un enfoque de investigación exploratoria. Los resultados evidenciaron la evolución de las acciones gubernamentales orientadas al turismo y su interacción con los principios de sostenibilidad, destacando tanto los logros alcanzados como los desafíos enfrentados a lo largo del tiempo. El turismo en Ceará se ha caracterizado por una notable trayectoria de expansión, impulsada por políticas públicas federales, estatales y, en algunos casos, municipales. Como resultado, se ha producido un aumento exponencial del flujo turístico a lo largo de la costa del estado. Sin embargo, la interiorización de las actividades turísticas ha surgido como un movimiento de contrapeso, buscando descentralizar esta concentración y ofrecer a los visitantes nuevas experiencias en regiones como las sierras y el sertón. La interacción entre las políticas públicas, el turismo y la sostenibilidad constituye un proceso continuo que exige compromisos renovados y mejoras constantes para garantizar que el turismo contribuya positivamente al desarrollo económico, social y ambiental del estado, respetando su diversidad y singularidad.

Palabras clave: Políticas Públicas. Sostenibilidad. Ceará.

I. INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade de extrema relevância em termos econômicos, sociais e geográficos nos dias atuais. Em muitas regiões, o turismo se tornou uma forma de combater o despovoamento ao atrair e fixar população, reduzindo a migração para grandes centros urbanos

e impulsionando o desenvolvimento humano. Além disso, o turismo influencia a identidade dos lugares, impacta comportamentos sociais e de consumo, e causa mudanças no ordenamento territorial, entre outros aspectos. No entanto, como prática complexa, possui complexidades exigindo planejamento e gestão adequados para gerir seus efeitos sobre o meio ambiente, comunidades e contexto de sua promoção (Meira; Silva; Nascimento, 2023).

No estado do Ceará, localizado no Nordeste do Brasil, o turismo tem crescido de forma significativa nas últimas décadas, impulsionado pelas belezas naturais, riqueza histórica e cultural, além do caloroso acolhimento do povo cearense (Duarte; Souza Junior, 2023). Neste contexto, a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável torna-se evidente (Gabrielli, 2023).

Diversos setores estão abarcados sob o conceito de "turismo sustentável", compartilhando a meta comum de desenvolver-se dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, pautado na gestão adequada dos recursos para garantir um crescimento estável. Esse tipo de turismo busca preservar o capital natural e cultural, integrando áreas protegidas, conforme estabelecido na Carta do Turismo Sustentável (Sousa; Lino; Moura-Fé, 2023).

É fundamental destacar que o turismo sustentável busca atender simultaneamente às necessidades dos turistas e das comunidades locais, gerenciando os recursos envolvidos na atividade turística. O objetivo é encontrar um equilíbrio no qual as demandas econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem comprometer a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que garantem a vida (ICMBIO, 2023).

Nos últimos anos, Meira; Silva e Nascimento (2023) destacam que houve uma crescente preocupação em integrar a sustentabilidade ao turismo, o que levou à emergência e consolidação de introdução de novas atividades turísticas bem como de novas categorias e conceituações, incluindo dentre elas o geoturismo. Dessa forma, torna-se imprescindível identificar, classificar (por meio de métodos avaliativos) e promover novos destinos geoturísticos no Brasil. O geoturismo é uma abordagem que valoriza as paisagens e o patrimônio natural e cultural, enquanto busca a conservação ambiental por meio da preservação da geodiversidade. Além disso, tem como objetivo melhorar os indicadores socioeconômicos, atuando como uma estratégia de turismo de base local, que beneficia as comunidades locais e prioriza o desenvolvimento sustentável.

A análise das políticas públicas voltadas para o turismo sustentável no Ceará tem grande relevância social. O turismo é um setor econômico que emprega um grande número de pessoas, muitas delas provenientes de comunidades locais e regiões menos desenvolvidas. Ao compreendermos as políticas implementadas, podemos observar como elas têm impactado as comunidades, buscando promover inclusão social, geração de renda e melhoria na qualidade de vida das populações afetadas.

Do ponto de vista econômico, o turismo é uma importante fonte de receitas para o Ceará. Atrai investimentos, gera empregos diretos e indiretos, estimula o comércio local e impulsiona outros setores da economia. Nesse sentido, entender como as políticas públicas têm influenciado o desenvolvimento do turismo sustentável no estado é fundamental para otimizar os benefícios econômicos e minimizar possíveis impactos negativos, garantindo um crescimento sustentável e de longo prazo.

O objetivo geral deste artigo é estudar os aspectos conceituais e cronológicos das atividades turísticas no Ceará, com foco nas políticas públicas relacionadas à promoção sustentável desta atividade. Pretende-se compreender como as ações governamentais têm influenciado o desenvolvimento do turismo no estado, buscando identificar oportunidades para aprimorar as políticas e promover um turismo mais sustentável, socialmente inclusivo e economicamente viável a longo prazo.

4

Para a metodologia deste estudo, foi adotada uma abordagem exploratória, buscando compreender e investigar os aspectos conceituais e cronológicos das atividades turísticas no Ceará, bem como as políticas públicas relacionadas à sustentabilidade que foram implementadas. A abordagem exploratória é adequada quando se busca explorar um tema pouco explorado ou pouco conhecido, permitindo uma maior familiarização com o assunto e a obtenção de informações preliminares (Prodanov; Freitas, 2013).

Além disso, a pesquisa se baseou principalmente em fontes bibliográficas e documental, pela utilização obras, artigos científicos, relatórios técnicos, documentos oficiais e outras fontes de informação disponíveis na literatura especializada para embasar a análise e discussão dos dados. Dessa forma, a revisão da literatura permitiu a identificação de estudos anteriores relacionados ao tema, possibilitando a contextualização dos aspectos conceituais e cronológicos das atividades turísticas no Ceará, bem como o embasamento das discussões sobre as políticas públicas de turismo e sua relação com a sustentabilidade.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o texto está estruturado em três seções. Inicialmente é apresentada de modo geral o panorama das políticas de estímulo ao turismo numa perspectiva histórica considerando as escalas de governos federal e estadual. Em seguida três seções diretamente voltadas à problemática central articulando turismo e sustentabilidade: na primeira delas as possibilidades de diversificação turística para além do sol e mar, na segunda o caso das serras e dos sertões cearenses e suas potencialidades renovadas pela sustentabilidade e, por fim, o turismo serrando do Maciço de Baturité.

2 POLÍTICAS DE TURISMO: O ADVENTO DAS AÇÕES FEDERAIS E ESTADUAL

Dentro da perspectiva de que o fortalecimento das atividades do turismo tratam também de demandas da sociedade, as ações de políticas públicas são de fundamental importância para o fomento do setor, sejam elas com obras infraestruturais, implantação de equipamentos, manutenção de equipamentos, ordenamento, fiscalização ou concessões.

É incumbência dos governos estabelecer a infraestrutura fundamental, tanto urbana quanto de acesso, enquanto a iniciativa privada tem a responsabilidade de fornecer serviços e disponibilizar instalações para o turismo (Silva; Araujo, 2022). A abordagem governamental para o setor do turismo deve considerar elementos de natureza cultural, ambiental e social, como destacado por Vieira (2011, p. 21):

A política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se intersectorizadas, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem estar social.

Castro (2004, p. 9) avança nessa atribuição pública governamental indicando que é responsabilidade das políticas públicas estabelecer diretrizes direcionadoras por meio do planejamento estratégico, identificando necessidades e desafios em diversos setores. Para isso, é crucial envolver os diversos participantes integrados diretamente na atividade turística.

O conceito de políticas públicas de turismo pode ser descrito como um conjunto de intenções, orientações, regras e estratégias formuladas pelo governo, com o objetivo de promover e sustentar o desenvolvimento da atividade turística em um território específico (Candiottto; Bonetti, 2015). Beni (2003, p. 101) destaca que para fortalecer a atividade turística, é essencial compreender a política de turismo como um conjunto de fatores influentes e diretrizes essenciais que indicam os caminhos para alcançar as metas gerais do turismo do país, definindo as prioridades das ações estatais executivas, complementares ou de apoio.

De acordo com Vieira (2011, p. 23), houve diversas tentativas de estabelecer estruturas organizacionais no setor turístico brasileiro. Em 1940, foi estabelecido o Decreto-Lei Nº 2.440, focado nas agências de viagens. Em 1946, a Divisão de Turismo foi eliminada, levando as agências a serem submetidas ao registro no Departamento Nacional de Imigração e Colonização, órgão que passou a controlar o turismo no país, sem considerar as práticas locais.

Apenas em 1958, por meio do Decreto-Lei Nº 44.863, de 21 de novembro, a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) foi estabelecida. De acordo com Dias (2003, p. 129), as responsabilidades da COMBRATUR incluíam:

- a) Coordenar atividades para promover o turismo interno e atrair visitantes estrangeiros;
- b) Supervisionar e planejar medidas relacionadas ao deslocamento de turistas;
- c) Simplificar e standardizar requisitos e procedimentos de informação, registro e inspeção relacionados a viajantes, suas propriedades, recursos pessoais, meios de transporte e acomodações;
- d) Fomentar ativamente o desenvolvimento de infraestrutura turística, particularmente na construção e modernização de hotéis, utilizando todos os recursos disponíveis;
- e) Estabelecer serviços e instalações que ampliem e complementem as áreas turísticas existentes;
- f) Realizar, em colaboração com governos estaduais e municipais, um levantamento das regiões de interesse turístico no país, visando a proteção legal do patrimônio natural e de elementos atrativos da paisagem.

Dias (2003) explica que a COMBRATUR representou o primeiro esforço na direção de estabelecer uma política nacional de turismo. No entanto, a COMBRATUR foi encerrada em 1962. Em 1966, houve uma reformulação das diretrizes do governo federal para o turismo através do Decreto-Lei Nº 55, de 18 de novembro de 1966, que estabeleceu essa política, criando simultaneamente o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A função da EMBRATUR era regular as empresas que oferecem serviços turísticos, promover incentivos fiscais para o desenvolvimento de instalações e serviços, e também executar as diretrizes gerais para a atividade turística (Vieira, 2011). Em 1966, a Divisão de Turismo e Certames foi abolida, e no ano seguinte, em 16 de janeiro, foi instituído o Sistema Nacional de Turismo por meio do Decreto-Lei Nº 60.244, composto pela EMBRATUR e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Em 1971, o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) foi criado pelo Decreto-Lei Nº 1.191. O FUNGETUR teve a responsabilidade de apoiar investimentos privados e na infraestrutura turística. A EMBRATUR passou por uma mudança de nome em 28 de março de 1991, através da Lei Nº 8.181, tornando-se uma autarquia conhecida como Instituto Brasileiro de Turismo,

com o encargo de desenvolver, coordenar e implementar a Política de Turismo do país. Outro marco na política de turismo ocorreu no governo Collor, em 1992, quando o Instituto Brasileiro de Turismo lançou o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que foi executado entre 1992 e 1994. Esse plano é considerado o passo inicial para a efetivação de uma Política Nacional de Turismo (Vieira, 2011).

Na década de 1990, as tomadas de decisão e elaboração de ações de políticas governamentais de Turismo eram condensadas nas esferas do corpo técnico da EMBRATUR e do Ministério da Indústria e Comércio, tendo assim pouca participação dos demais setores envolvidos na atividade. Ou seja, com esta centralização, e a ainda tímida atividade turística no Brasil, desconsiderou muitas áreas potenciais de destino. Araújo (1999) relata a subsistência das políticas públicas no Brasil, entre as décadas de 1920 a 1980, considerando os aspectos de prioridade à promoção do desenvolvimento industrial seguindo conforme preconizava o padrão nacional-desenvolvimentista em vigência. Esta condição veio a calhar uma assistência centralizada, que em sua abordagem buscou tratar a população de forma homogênea, sem levar em consideração as suas características de base, necessidades intrínsecas de cada região ou localidade.

Com a preocupação de descentralizar os investimentos federais, em 1994, o governo
atentou-se a modificar esse quadro de centralização das políticas públicas, possibilitando assim
o desmembramento do turismo, com o lançamento em 1996 do Programa Nacional de
Municipalização do Turismo (PNMT).

De acordo com Dias (2003, p.144), o modelo expandido de gestão, conhecido como PNMT, tinha o objetivo de implementar uma abordagem simplificada e uniforme na gestão da atividade turística nos estados e municípios, visando a uma administração mais eficiente e eficaz, de maneira colaborativa e integrada.

Durante os anos 1990, o governo federal, por intermédio da EMBRATUR, estabeleceu diversos programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável do turismo. Entre eles, merece destaque o PRODETUR-NE, que se concentra na região Nordeste, envolvendo a implementação de infraestrutura básica, a instalação de facilidades urbanas e a oferta de serviços públicos.

No ano de 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu uma reestruturação do Plano Nacional de Turismo, culminando na criação do Ministério do Turismo (MTUR). Esse ministério abarca a Secretaria de Políticas de Turismo, a Secretaria de

Programas de Desenvolvimento e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Em 2007, o Plano Nacional de Turismo que havia sido formulada no início do governo de Lula foi substituída por um novo plano, o PNT 2007-2010 - intitulado como "Uma Viagem de Inclusão". Esse plano manteve as mesmas bases de gestão política participativa e descentralizada.

No Ceará, em 1971, criou-se a Empresa Cearense de Turismo S.A (EMCETUR), primeira ação estadual de fomento ao turismo. Surgiu como uma estratégia de institucionalizar o turismo; suas poucas atividades não trouxeram transformações espaciais significativas. Segundo Benevides (1998) as ações da EMCETUR na promoção turística do Ceará se baseavam fundamentalmente na natureza exuberante, quase intocada, e na hospitalidade cearense, sem considerar a necessidade de infraestrutura para a ampliação e qualificação do receptivo. Ademais, apresentava-se principiante, diante do vasto potencial a se considerar no território cearense, resumindo-se em atividades voltadas ao litoral, que adiante receberia a classificação de “sol e mar”.

No ano de 1979, durante o segundo mandato de Virgílio Távora no governo estadual, no contexto do II Plano de Metas do Estado do Ceará (II PLAMEG), foi concebido o I Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PDIT-CE). Nesse período, o turismo começou a ser considerado de forma discreta como uma estratégia econômica. Esse plano desempenhou um papel fundamental ao introduzir a primeira delimitação regional da atividade turística no estado, embora seu foco tenha sido predominantemente na avaliação das potencialidades naturais do Ceará para o setor do turismo.

Com o fatiamento das ações de políticas públicas federais para o turismo, o Ceará mobiliza-se para criar estratégias voltadas à atração de investimento no setor, tendo como princípio o “cuidar das imagens”, na tentativa de desvincular-se do estereótipo histórico de “terra de seca e fome”, destacando principalmente as belezas de seu litoral.

Esse enfoque naturalista influencia as abordagens de políticas turísticas no Nordeste, prolongando uma história antiga e frustrada de crescimento regional. Essas estratégias se baseiam em considerar a natureza ora como uma questão a ser enfrentada, ora como uma forma de resolver os dilemas regionais, negligenciando a importância de modificar a estrutura socioeconômica regional como um requisito fundamental para qualquer potencial progresso (Cruz, 2000, p. 11).

De meados dos anos 1980 em diante, emerge um modelo de gestão estadual denominado de “Governo das Mudanças” que será marcada por quase três décadas de mesma inspiração administrativa cujas características associam reformas administrativa de caráter neoliberal, modernidade, inserção competitiva na economia brasileira e externa e promoção renovada do

tripé agronegócio-indústria-turismo (Lima Júnior, 2014). O primeiro elemento do tripé com a reorganização hídrica pela estocagem e gestão racional, o segundo pelo suporte na atração via incentivos de várias magnitudes e o terceiro, o turismo, pela modernização da infraestrutura, reforço na identidade de destino de sol e mar e apoios a empreendimentos de hospedagem e parque de lazer.

Em 1989 é elaborado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense (PRODETURIS), juntamente ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará (PRODETUR-CE), configurando-se assim como o início das projeções e ações de políticas de turismo no estado. Salienta-se que ambos são percussores ao PRODETUR – NE, assumindo caráter pioneiro na região.

Para a formulação do PRODETURIS, foi elaborado inicialmente um documento diagnóstico, fruto de estudo de campo, com finalidade de mapear e regionalizar os recursos naturais, paisagísticos e culturais de toda a faixa litorânea do Ceará e, desta forma, subsidiar o planejamento turístico dos territórios com potencialidades turísticas identificadas.

Esses programas constituem marcos referenciais para o planejamento estratégico da SETUR-CE, responsável pela configuração de um novo patamar qualitativo na trajetória das políticas governamentais e privadas voltadas para a promoção e o desenvolvimento do turismo. Dentro desta perspectiva histórica, claramente percebe-se a disparidade, enquanto da distribuição das ações do setor, quanto ao engessamento no processo de interiorização das políticas de turismo para o interior.

3 PARA ALÉM DO CEARÁ TURÍSTICO DE SOL E MAR: AS POSSIBILIDADES DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

O fluxo turístico no Ceará, aumentou exponencialmente, junto aos demais estados do Nordeste, quando se cita a costa litorânea, sendo um desdobramento decorrente das ações de políticas públicas de turismo iniciais, que tratou de focar as práticas de “sol e mar”, ainda hegemônico dentro dos segmentos diversos apresentados em âmbito nacional e estadual.

No Ceará, a urbanização ao longo da costa ganhou impulso devido à valorização dos recursos naturais, notavelmente das áreas costeiras, alimentada pelo aumento da procura por estadias à beira-mar e, subsequentemente, pelo turismo (Dantas; Panizza; Pereira, 2008). De acordo com Paiva (2014), o crescimento urbano de Fortaleza teve suas raízes iniciais no interior, impulsionado pelo setor agropecuário, como a pecuária e a produção de algodão, seguindo o

padrão de outras cidades cearenses. Enquanto isso, a região litorânea da cidade permaneceu largamente negligenciada pelos próprios habitantes de Fortaleza. No entanto, a partir dos anos 1920, as áreas costeiras, incluindo Fortaleza, começaram a atrair a atenção das classes mais privilegiadas, marcando uma mudança significativa (Paiva, 2014).

Com a introdução de novas práticas marítimas e a valorização do litoral como um espaço de lazer pelas classes privilegiadas de Fortaleza, lugares antes habitados por pescadores, como a praia de Iracema, passaram a ser ocupados por residências de veraneio pertencentes às famílias mais abastadas. Consequentemente, a cidade começou a demandar melhorias nos serviços, infraestrutura e a expansão de instalações urbanas. O setor turístico na cidade teve um crescimento notável, abrindo espaço para diversos tipos e classes de interesses, o que resultou no fortalecimento de segmentos específicos, de acordo com as atrações locais (Cardoso et al., 2023).

Entretanto, a interiorização das atividades turísticas vem tratando de quebrar a esta centralização, quando se destacam os fatores motivacionais “distância” e “novas experiências”. De acordo com Coriolano (2005), o movimento do turismo é orientado para desviar os fluxos das áreas centrais em direção às periféricas e, portanto, é uma atividade que inerentemente possui elementos capazes de contrabalançar a excessiva valorização das grandes cidades, trazendo vantagens para regiões ou localidades menores. Na maioria das ocasiões, os turistas buscam cenários remotos e ambientes exóticos, muitas vezes paradisíacos, como montanhas, florestas, praias, lagos e áreas rurais.

10

Desta forma, a atividade turística no Ceará a partir dos anos 2010 passa por mudanças rompendo com o exclusivismo dos limites da capital Fortaleza e de toda porção litorânea do estado e indo mais além alcançando as serras e sertões. Segundo Coriolano (2005) o setor do turismo está experimentando uma série de transformações originadas pela evolução da conscientização global sobre os direitos humanos, o que também transformou as viagens em um desejo universal. São identificadas algumas forças essenciais que estão impulsionando as mudanças no turismo atual: a emergência de novos tipos de consumidores, a adoção de novas tecnologias, a demanda por novas abordagens na produção e gestão, a necessidade de flexibilidade e a alteração do ambiente.

A segmentação no turismo se tornou uma importante estratégia e ferramenta de marketing para regiões e nações, envolvendo a criação de produtos turísticos e a construção de rotas e destinos, baseados nos elementos culturais e identitários de cada local (Pinho; Dantas;

Santos, 2019). No estímulo às atividades turísticas cearenses, essa busca por diversificação não foi diferente tendo como polo irradiador a própria Região Metropolitana de Fortaleza. Novos segmentos são mapeados e estimulados dentre eles o turismo de base comunitária, o turismo ecológico e de aventura, o turismo científico para fazer referência a alguns com potencialidades marcantes no Ceará.

Neste sentido, segundo a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), destacam-se para o litoral cearense, os receptivos formados por grupos nativos dos territórios. No litoral oeste identificaram-se Curral Velho (Acarau); Tatajuba (Camocim); Caetanos de Cima (Amontada) e Assentamento do Maceió (Itapipoca). No litoral leste, estão os grupos da Terra Indígena Lagoa da Encantada do povo Jenipapo Kanindé (Aquiraz); Reserva Extrativista do Batoque (Aquiraz); Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (Beberibe); Assentamento Coqueirinho (Fortim); Ponta Grossa (Icapuí); Quilombo do Cumbe (Aracati); Vila da Volta (Aracati); Praia de Requenguela (Icapuí); e a Comunidade Córrego do Sal (Icapuí). Dentro desta pauta, observa-se que o Turismo de Base Comunitária (TBC) é proporcionado pelas populações em seus territórios, como alternativa de renda e meios de se manter os diversos patrimônios, sejam, naturais, culturais, e também econômicos, quando citam-se os passeios para práticas de pesca artesanal, dentre outros. Uma importante característica desta modalidade é sua articulação com os preceitos da promoção sustentável (Castro; Pinto, 2013)

11

O Plano Nacional de Turismo, vigente para o triênio 2007-2010, fortaleceu a expansão do TBC em todo o país. Segundo o Ministério do Turismo (2007, p. 13) o Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social.

De acordo com Matos, Araújo e Teixeira (2013), em 2008, o Ministério do Turismo (MTur) introduziu o primeiro Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária, com o propósito de respaldar iniciativas desse tipo. Os projetos deveriam alinhar-se com uma das categorias de ação delineadas no edital, tais como produção relacionada ao turismo, capacitação profissional, planejamento estratégico e organização comunitária, promoção e comercialização, além de ações para fomentar práticas de economia solidária. Cada proposta tinha a possibilidade de requisitar financiamento entre R\$ 100.000,00 e R\$ 150.000,00. O projeto do Instituto Terramar, voltado para a Rede Tucum, foi um dos cinquenta

selecionados para o apoio. Outro edital relacionado a esse tema foi a Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo.

Alguns trabalhos analisaram a sustentabilidade da região do litoral. Cardoso et al., (2023) analisaram a realidade do turismo na Av. Beira Mar em Fortaleza, constata-se que a atividade turística local oscila entre uma abordagem sustentável e insustentável. A perspectiva predominante entre os agentes econômicos é que o turismo na orla de Fortaleza combina elementos de ambos os conceitos, embora não tenha evoluído para uma prática sustentável.

Maldonado (2009) destaca a importância do turismo comunitário como uma forma de organização empresarial que se sustenta na propriedade e autogestão dos recursos patrimoniais comunitários. Além disso, enfatiza a relevância das práticas de cooperação e equidade no trabalho, visando à distribuição justa dos benefícios gerados pelas atividades turísticas. A dimensão humana e cultural do turismo comunitário é valorizada, incentivando o diálogo e os encontros interculturais com os visitantes para promover a troca de conhecimentos e experiências de vida como foco no protagonismo das comunidades locais (Moser; Francisco; Guerra, 2024).

Coriolano (2009) complementa essa visão, ressaltando que o turismo comunitário se baseia em associações locais que possuem o controle efetivo das terras e das atividades econômicas relacionadas ao turismo. Essa abordagem fortalece os arranjos produtivos locais, permitindo que as comunidades tenham maior capacidade de gerenciar e se beneficiar das atividades turísticas em seus territórios. A participação ativa das comunidades é central no turismo comunitário, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e equitativo das regiões envolvidas.

Já Sampaio (2008) ressalta a relevância do turismo comunitário como uma estratégia de sobrevivência e comunicação social, focada na conservação dos modos de vida e na preservação da biodiversidade. Nesse contexto, o turismo comunitário se organiza associativamente em territórios e se configura como arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária. A promoção do consumo solidário de bens e serviços fortalece o turismo comunitário, impulsionando a economia local e reforçando os laços de cooperação entre as comunidades.

Cardoso et al., (2023) destacam que as intervenções estatais na área, majoritariamente voltadas ao turismo, negligenciam aspectos como mobilidade urbana, urbanismo, paisagismo, limpeza e iluminação, muitas vezes à custa da exclusão das comunidades locais.

Adicionalmente, a constante renovação de infraestruturas prejudica a inclusão de outras regiões urbanas nas melhorias e incentivos ao desenvolvimento. A deterioração do ambiente construído e natural é evidente, agravada por intervenções como alargamento de praias e construção de estruturas costeiras que inevitavelmente geram impactos ambientais.

Freitas et al., (2022) fazem uma análise do Projeto Orla, enfocando a abordagem da administração pública através das iniciativas promovidas pela Coordenação Estadual do Projeto Orla no estado do Ceará. Os resultados deste estudo destacam a necessidade imperativa de um planejamento sustentável para a orla marítima do Ceará, evidenciando desafios provenientes da ocupação desordenada e de fenômenos naturais. O Projeto Orla, lançado pelo Governo Federal em 2001, emerge como uma solução nacional ao incentivar municípios litorâneos a desenvolver planos de gestão integrada da orla. No entanto, apesar do êxito inicial em capacitar gestores municipais e sensibilizar sobre a relevância da gestão costeira, obstáculos como a descontinuidade administrativa e a falta de legislação eficaz para orientar o uso das áreas costeiras demonstram a necessidade de um compromisso contínuo por parte das esferas governamentais e da sociedade civil para promover uma gestão litorânea efetiva e alinhada com estratégias de ordenamento territorial mais amplas (Freitas et al., 2022).

Atualmente tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o projeto de Lei de nº 462/21, que pretende instituir a Política Estadual do Turismo de Base Comunitária no âmbito do Ceará. Essa iniciativa legislativa é de extrema relevância para o desenvolvimento do turismo sustentável no estado. Ao propor a instituição da Política Estadual do Turismo de Base Comunitária, o projeto de Lei nº 462/21 visa fortalecer as práticas turísticas fundamentadas na participação ativa das comunidades locais e na preservação dos recursos patrimoniais comunitários.

A implementação de uma política específica para o Turismo de Base Comunitária demonstra o comprometimento do Estado do Ceará em fomentar um modelo de turismo mais inclusivo, socialmente justo e economicamente equitativo. O turismo comunitário possibilita que as comunidades sejam protagonistas em todo o processo, garantindo o controle efetivo das atividades econômicas e o manejo sustentável dos recursos naturais e culturais.

Além disso, a proposição do projeto de lei também destaca a importância do diálogo intercultural entre as comunidades e os visitantes, buscando valorizar e aprender com os diferentes modos de vida. Isso fortalece a identidade cultural das comunidades envolvidas e

estimula a troca de conhecimentos, enriquecendo a experiência dos turistas e promovendo um turismo mais autêntico e enriquecedor.

4 O TURISMO NAS SERRAS E NO SERTÃO DO CEARÁ

O turismo nas serras e no sertão do Ceará apresenta uma faceta distinta e enriquecedora, contrastando com a tradicional imagem de turismo litorâneo. A diversidade geográfica e cultural dessas regiões oferece uma gama de experiências únicas para os viajantes, permitindo-lhes explorar a autenticidade das comunidades locais e o patrimônio natural e cultural ricos que caracterizam esses territórios.

As serras e o sertão cearenses são repletos de atrativos naturais, como paisagens montanhosas, cânions, cachoeiras e vegetação exuberante. A região serrana, com destaque para a Serra de Baturité, nas proximidades da Região Metropolitana de Fortaleza proporciona um clima mais ameno e uma atmosfera relaxante, atraindo turistas em busca de refúgio das altas temperaturas litorâneas. A serra também é palco de comunidades tradicionais e quilombolas que compartilham seus costumes e modo de vida, enriquecendo as experiências culturais dos visitantes.

Por outro lado, o sertão cearense possui uma beleza singular, caracterizada por vastas planícies, caatinga e elementos que refletem a rica história da região (Teixeira; Moura; Silva, 2018). O sertão abriga comunidades resilientes que desenvolveram formas de adaptação às condições climáticas desafiadoras advindas secularmente como o fenômeno da seca. Essas comunidades compartilham sua cultura, artesanato, culinária e festividades, permitindo que os turistas mergulhem em tradições autênticas e descubram histórias de resiliência e superação.

Um dos destaques nessa região foi o reconhecimento de territórios de relevância turística reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura (UNESCO), os denominados geoparques. Estes territórios ultrapassam a conservação do patrimônio geológico e aderem a ações e atividades da divulgação do ecoturismo, educação ambiental e atividades de produção sustentáveis (UNESCO, 2017).

O Geoparque Araripe, localizado no sul do estado, foi primeiro implantado no território brasileiro, no ano de 2006. Obteve sua chancela devido aos esforços de diversos órgãos e entidades, tais como Universidade Regional do Cariri (URCA), instituição mantenedora, Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (SECITECE) e Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM). Sua extensão territorial abrange cerca de 3.789 km², englobando os

municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Essa região possui onze geossítios: Batateiras, Colina do Horto, Riacho do Meio, Mirante do Caldas, Arajara Parque, Cachoeira de Missão Velha, Floresta Petrificada, Ponte de Pedra, Pedra Cariri, Pontal de Santa Cruz e Parque dos Pterossauros. Os geossítios, segundo Sá Lima e Guimarães (2025, p.356) são pontos de culminância e destaque científico com potencial turístico por possuírem riqueza e raridade, “expressando ocorrências de geodiversidade afloradas pela ação natural ou antrópica, sendo singulares do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico”. Estes geossítios estão sendo organizados em rotas turísticas por instituições públicas e privadas que formam o Conselho de Turismo da Região do Cariri – CONDETUR (Ceará, 2019).

Segundo Silva e Perinotto (2007) o geoturismo é a atividade turística que possui um enfoque geocientífico, onde a proposta envolve visitas organizadas e orientadas a locais que apresentam evidências de fases passadas da história e evolução do planeta. Esses locais são reconhecidos como um patrimônio compartilhado que requer preservação para as gerações futuras. Esse tipo de turismo inclui o entendimento científico sobre a origem da paisagem, os processos envolvidos nessa formação e as marcas registradas em formações rochosas, relevo e solos

5 O TURISMO ECOLÓGICO E DE SERRA NO MACIÇO DE BATURITÉ.

Os municípios com potencial turístico explorado nesta Macrorregião são Baturité, Guaramiranga, Pacoti e Mulungú. Compreendidas em uma pequena faixa remanescente de Mata Atlântica, também chamada de “serra úmida” atraem turistas pela temperatura amena, belezas naturais e turismo de aventura, sendo uma área reconhecida por ser de proteção ambiental (APA).

Ainda no período compreendido entre os anos 1960 e 1980 houveram tentativas de descentralização das ações de políticas públicas estaduais e regionalização das mesmas expressas em sucessivos planos de governos seguindo o perfil de planejamento nacional que marcou esta etapa e uma das heranças foi a demarcação da Macrorregião do Baturité como estratégica na promoção do turismo de serra.

Na já reconhecida Macrorregião do Baturité, tratou as ações de políticas públicas de turismo e seu planejamento, segundo Oliveira (2016, p. 328) como:

Ocasionalmente, esses itinerários são direcionados com base em estudos técnicos, além das informações já obtidas a partir de pesquisas que envolveram a participação do público. Tais estudos podem ser conduzidos por agências governamentais ou por firmas de consultoria contratadas para esse fim. As abordagens regionais da SETUR são formuladas considerando as características únicas, potencialidades e aptidões das macrorregiões turísticas, bem como as expectativas expressas por autoridades municipais e comunidades durante os workshops promovidos pela SETUR. Dentro dessa perspectiva, foram identificados como pontos focais para o desenvolvimento do turismo na região, acompanhados por projetos correspondentes, como parte da estratégia para realçar o valor dos produtos turísticos, diversificando as opções para atrair segmentos com potencial

A estratégia de ancorar o desenvolvimento turístico da região em produtos específicos e projetos correspondentes é outra característica notável. Isso sugere uma abordagem de planejamento que busca diversificar a oferta turística para atrair diferentes segmentos de mercado. Ao identificar potenciais segmentos turísticos e criar projetos correspondentes, a região busca atrair um leque variado de visitantes, contribuindo para um crescimento sustentável e a maximização dos benefícios econômicos e sociais provenientes do turismo.

No município de Quixadá, localizado na região central do estado do Ceará, com baixos índices pluviométricos, tem suas características arraigadas ao Semiárido brasileiro. O município é conhecido por sua paisagem singular, que apresenta inselbergs (formações rochosas isoladas) e uma vegetação de caatinga. Esses elementos naturais conferem à região uma atmosfera única, proporcionando cenários propícios para atividades como caminhadas, trilhas e observação da natureza. No Nordeste do Brasil, os principais campos de inselbergues estão nos terrenos graníticos do setor norte da Província Borborema, a saber os inselbergues das regiões de Patos (estado da Paraíba), no Seridó (estado do Rio Grande do Norte), e em Irauçuba e Quixadá (estado do Ceará). Com efeito, o campo de inselbergues dos municípios de Quixadá e Quixeramobim é o mais representativo do Brasil (Freitas et al., 2019). Coletivamente, os inselbergues ajudam a contar a história sobre a evolução das paisagens e sobre as mudanças ambientais ao longo da escala do tempo geológico (Migoñ, 2021).

Atualmente o município tanto pelas formações rochosas quanto pelo açude do Cedro, afixado na cidade de Quixadá, compõe a lista Indicativa de Patrimônio Mundial, encabeçada pelo Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Em relação a promoção da sustentabilidade no turismo nas serras e no sertão do Ceará é fundamental para equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e das culturas locais. Essas regiões possuem características naturais únicas e uma rica herança cultural, o que as torna atrativas para os visitantes em busca de experiências autênticas.

No entanto, a exploração inadequada pode resultar em impactos negativos, comprometendo tanto a viabilidade do turismo quanto a qualidade de vida das comunidades locais (Fernandes, 2018).

A abordagem sustentável abrange a preservação ambiental, por meio do planejamento de atividades de baixo impacto e gestão de resíduos; a valorização da cultura local e a participação ativa das comunidades no desenvolvimento e gestão do turismo; a inclusão social e econômica, proporcionando emprego e renda para os moradores locais; a educação e conscientização dos visitantes sobre práticas responsáveis; o planejamento integrado envolvendo diferentes partes interessadas; a diversificação das atividades turísticas para distribuir fluxos de visitantes; e o monitoramento constante para garantir a aderência aos princípios de sustentabilidade (Moreira; Mansur; Silva, 2023).

A busca por um equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental e cultural é essencial para assegurar que essas regiões continuem a ser destinos atrativos e autênticos, beneficiando as comunidades locais, os turistas e o meio ambiente ao longo do tempo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17

No contexto das políticas públicas, do turismo e da sustentabilidade, este estudo explorou de forma abrangente e detalhada os aspectos conceituais e cronológicos das atividades turísticas no estado do Ceará. A análise desses elementos permitiu compreender a evolução das ações governamentais voltadas ao turismo e sua interação com os princípios de sustentabilidade, destacando-se tanto as conquistas quanto os desafios enfrentados ao longo do tempo.

A análise histórica revelou que o turismo no Ceará tem sido marcado por uma trajetória de expansão notável, principalmente impulsionada pelas políticas públicas tanto nas esferas federal e estadual. Essa abordagem resultou no aumento exponencial do fluxo turístico ao longo da costa litorânea do estado, atraindo viajantes em busca de experiências à beira-mar. No entanto, a interiorização das atividades turísticas emergiu como um movimento de contraponto, buscando descentralizar essa concentração e oferecer aos visitantes novas experiências em regiões como as serras e o sertão.

O estudo destacou a importância da sustentabilidade como um princípio norteador essencial para o desenvolvimento do turismo no Ceará. A preservação dos recursos naturais e culturais foi abordada como um compromisso fundamental para equilibrar o crescimento

econômico com a conservação do meio ambiente e a valorização das comunidades locais. O mapeamento de experiência de turismo de base comunitária e os geoparques foram apontados como exemplos concretos dessa abordagem, não apenas conservando o patrimônio geológico, mas também promovendo práticas de ecoturismo, educação ambiental e produção sustentável.

Vale destacar que as políticas públicas desempenham um papel crucial na definição da direção do turismo em uma região. A abordagem de criação de polos de desenvolvimento estaduais, focando nas potencialidades e vocações das regiões, demonstra um esforço em alinhar o desenvolvimento turístico com as características locais. Essa estratégia, aliada à criação de projetos específicos para a promoção do turismo de base comunitária, evidencia a preocupação em envolver as comunidades locais como protagonistas do processo.

No entanto, a análise também revelou desafios, como a necessidade de abordagens mais integradas e coordenadas entre os diversos atores envolvidos no turismo. A infraestrutura, a mobilidade urbana, a preservação do ambiente construído e natural e a inclusão de outras regiões urbanas nas melhorias e incentivos ao desenvolvimento foram questões levantadas como essenciais para o sucesso das estratégias de desenvolvimento turístico.

Em última análise, este estudo destaca que o Ceará possui uma riqueza de recursos naturais e culturais que podem ser promovidos de maneira sustentável para beneficiar tanto os visitantes quanto as comunidades locais nos circuitos do turismo. A interação entre políticas públicas, turismo e sustentabilidade é uma jornada contínua, exigindo compromissos renovados e aprimoramentos constantes para garantir que o turismo contribua positivamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado, respeitando sua diversidade e singularidade.

Cabe ao poder público o planejamento turístico destes territórios, dialogando com as particularidades que cada um deles carrega, enaltecendo outras formas de paisagem e cultura que se fazem presentes. No entanto, mesmo diante de todo o potencial que lhe é característico, pautando a sustentabilidade ambiental do patrimônio diverso, considerando suas especificidades e as necessidades das comunidades envolvidas, ainda detectou-se a necessidade de maior articulação entre os equipamentos turísticos, visando maior organização na estrutura turística através de um planejamento integrado ou até mesmo a criação de uma rede de turismo que dialogue a capital com o interior, a fim de que este planejamento estratégico seja capaz de fomentar o crescimento e o desenvolvimento das regiões com inclusão social, geração de emprego e renda.

Salienta-se a importância da criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Parques, Processos de Tombamento e a participação da sociedade civil, para a segurança dos patrimônios materiais e imateriais destes territórios, pois é sabido que as práticas tradicionais de turismo agregam altos investimentos privados para a implantação de equipamentos de trade receptivos, que, por diversas vezes, desconstroem as características físicas e sociais das localidades aos quais se inserem.

Conclui-se para tanto, que a delegação das ações de políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo cumpre-se em escala decrescente de ordenamento e competências, Federal, Estadual e Municipal. Assim, seguindo o modelo de verticalização hierárquica, dotado para a execução da maioria das políticas públicas acionadas neste país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

CANDIOTTO, L. Z. P., & BONETTI, L. A. Trajetória das Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Revista TURyDES: Turismo y Desarrollo Local**, v. 8, n. 19, 2015.

CARDOSO, M. R. de C.; COSTA, E. S. da.; LOPES, M. C.; FERREIRA, L. de S. A gestão do turismo e da sustentabilidade em Fortaleza/CE: Um estudo da percepção dos agentes políticos e econômicos sobre a Av. Beira-Mar. **Desafio Online, Campo Grande**, v. 11, n. 2, 2023.

CASTRO, L. L. C.; PINTO, R. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teóricos-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro**, v. 13, n. 2, p.213-226, 2013.

CASTRO, L. L. C. O Projeto Expedições pra o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão – Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão, São Luis: UFMA, 2004.

CEARÁ. **Lei n. 18.085, de 31 de maio de 2022**. Institui A rota do turismo religioso no Estado do Ceará. Palácio da Abolição, do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza, 31 de maio de 2022.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao Global: O turismo litorâneo cearense**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2005.

COROLIANO, L. N. M. Teixeira. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança**. Fortaleza, EdUECE, 2009.

- CRUZ, R. de C. **A. Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- DANTAS, E. W. C.; PANIZZA, A. C.; & PEREIRA A. Q. Vilegiatura marítima no nordeste brasileiro. **X Coloquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 26 a 30 de mayo de 2008.
- DIAS, R. **Planejamento do Turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUARTE, C. A. A.; SOUZA JÚNIOR, E. J. de. Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Local. **Revista FT**, v. 1, n. 119, 2023.
- FERNANDES, J. W. J. de Q. Impactos Socioambientais do turismo na serra de Guaramiranga - Ceará. **Monografia** (Especialização), Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2018.
- FREITAS, L. C. B; MONTEIRO, F. A. D; FERREIRA, R. V. MAIA, R. P. **Projeto geoparques - Geoparque Sertão Monumental: proposta**. Fortaleza: CPRM, 2019.
- FREITAS, M. C.; BRAGA, M. M.; DUAVÍ, W. C.; RODRIGUES, A. L. B.; SOUSA, K. P. de. O Papel do Estado no Apoio à Implementação do Projeto Orla no Ceará, Brasil. **Revista Costas**, v. 4, n. 2, p. 111-122. 2022.
- GABRIELLI, C. Planejamento turístico no Cariri Cearense: Integração e desenvolvimento responsável. **Tourism and Hospitality International Journal**, v. 3, n. 3, p. 242-258, 2023.
- LIMA, F. J. L. A. P.; LIMA, M. das G. de. Da coexistência à existência: a Cidade Santuário de Canindé-CE. **Ágora. Santa Cruz do Sul**, v.20, n. 01, p. 145-151, 2018.
- LIMA JÚNIOR, F. O. Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010. Campinas, SP: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento – Instituto de Economia (Tese). 2014. 296f.
- MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (organizadores). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- MATOS, C. de F. A.; ARAÚJO, M. L. S.; TEIXEIRA, M. de S. G. Interesses, Políticas Públicas e Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Ceará. **Turismo - Visão e Ação**, v. 15, n. 3, p. 419-433, 2013.
- MEIRA, S. A.; SILVA, E. V. DA; NASCIMENTO, M. A. L. DO. Avaliação do potencial geoturístico do Parque Nacional de Ubajara, Ceará, Brasil. **Boletim de Geografia**, v. 41, p. 213-230, 2023.
- MIGÓN, P. Granite Landscapes, Geodiversity and Geoheritage—Global Context. **Heritage**, v. 4, n. 1, 198-219, 2021.

MOREIRA, J. C.; MANSUR, K. L.; SILVA, M. L. N. da. Turismo e geodiversidade: diálogos para a promoção turística sustentável. **Turismo, Sociedade & Território**, v. 5, n. 1, 2023.

MOSER, G.; FRANCISCO, T, H. A.; GUERRA, J. B. S. O. A. O papel das comunidades locais na sustentabilidade dos destinos turísticos: estudo exploratório para as possibilidades do turismo de base comunitária. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 6. n. 2. jan-dez. 2024.

OLIVEIRA, J. C. A. de. Juazeiro do padre Cícero: O patrimônio, o turismo e a folk museografia. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo**, v. 13, Dossiê Número 5, p. 100-113, 2023.

OLIVEIRA, P. R. A. de. Dinâmicas Socioespaciais em Guaramiranga-CE: dos Festivais à reocupação das segundas residências pelo turismo. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2014) - Universidade Estadual do Ceará, 2014.

PAIVA, R. A. Os impactos da "urbanização turística" no litoral de Fortaleza: Fragmentação e diferenciação socioespacial. **Anais. XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

PINHO, T. R. R.; DANTAS, E. W. C.; SANTOS, J. de O. Turismo e sustentabilidade em comunidades costeiras: reflexões sobre mudanças socioambientais em Jericoacoara (CE) e Barreirinhas (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 4, 2019.

SÁ LIMA, J. M. F.; GUIMARÃES, E. S. Estratégias informacionais e de inovação para o desenvolvimento e sustentabilidade do Araripe Geoparque Mundial da UNESCO. In: **Brasil de dentro: desafios e possibilidades do desenvolvimento do semiárido**. SILVA, R. W. B. F.; LIMA, B. E. S. L.; SANTOS, V. R. A. S.; ALVES, L. S. F. OLIVEIRA, T. A.; SILVA FILHA, J. A.; TARGINO, M. W. Pau dos Ferros, RN: REDE-TER, 2025.

21

SAMPAIO, C. A. C. Pensando o conceito de turismo comunitário. **V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Belo Horizonte – MG, 25 a 26 de agosto de 2008.

SILVA, J. R. B.; PERINOTTO J. A. J. O geoturismo na geodiversidade de Paraguaçu Paulista como modelo de geoconservação das estâncias. **Revista Global Tourism**, v. 3, n. 2, 40 p. 2007.

SILVA, J.; B. da.; ALBUQUERQUE, F. N. B. de. Valor geomorfológico do geomorfossítio do tipo mirante pontal da Santa Cruz, Geopark Araripe, Ceará, Brasil. **Revista de Geomorfologia**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2023.

SILVA, J. P. da.; ARAUJO, C. P. de. Turismo no Brasil, desigualdade social e o discurso das políticas públicas. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 3, 2022.

SOUSA, N. R. F.; LINO, M. A. de L.; MOURA-FÉ, M. M. de. Geoturismo no GeoPark Araripe, Ceará: geografia, limitações e potencialidades. **Turismo, Sociedade & Território**, v. 5, n. 1, 2023.

TEIXEIRA, N. F. F.; MOURA, P. E. F.; SILVA, E. V. da. Educação Ambiental em paisagem cárstica para o desenvolvimento do turismo sertanejo no semiárido cearense. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 13, n. 1, p. 262–271, 2018.

VIEIRA, A. R. M. Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís – MA. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Turismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.